

## *Insustentável Leveza do Ser*

### *Crise ambiental no capitalismo e a defesa conservadora da sustentabilidade\**

Eduardo Sá Barreto\*\*

#### Resumo

Diante da crise ambiental que se avizinha, uma imensa variedade de supostas soluções é apresentada, especialmente entre cientistas. Algumas dessas proposições podem ser agrupadas sob a designação de “desenvolvimento sustentável”. Não é nosso objetivo inspecionar todas as formulações que compartilham de tal designação, mas investigar em quais termos a ideia do desenvolvimento sustentável está sendo defendida e quais as insuficiências e contradições desta defesa. Já que a maior parte dos autores identificam as causas da crise ambiental em termos de um problema ético, e o caminho para evitá-la em termos de uma necessária mudança ética, devemos discutir as possibilidades de realização, na sociedade atual, desta nova ética. Também iremos discutir as origens sociais concretas dos problemas ambientais (e porque se encontram além do âmbito da ética), as condições de realização dos objetivos de sustentabilidade ambiental e as razões pelas quais essas condições situam-se necessariamente além do capitalismo.

#### Abstract

In face of the environmental crisis that neighbors our society, an immense variety of alleged solutions are put forward, especially among scientists. Some of these propositions can be gathered under the label of “sustainable development”. It is not our objective to inspect all of the formulations that share the sustainability logo, but to investigate in which terms the idea of sustainable development is being defended, and what are the insufficiencies and contradictions of this defense. Since most of the authors identify the causes of the approaching crises in terms of an ethical problem, and the path to avoid it in terms of a needed ethical change, we must discuss the possibilities of realization of this new found ethic in present-day reality, e.g., capitalism. We shall also discuss the concrete (social) origins of the environmental problems (why they are outside the realm of ethics), the conditions of realization of environmental sustainability goals, and the reasons why these conditions lay necessarily beyond capitalism.

Área temática 3: Economia Política, Capitalismo e Socialismo  
3.2. Capitalismo Contemporâneo  
Seções ordinárias

---

\* Agradeço os valiosos comentários e contribuições do Prof. João Leonardo Medeiros e do Prof. Marcelo Dias Carcanholo, assim como as sugestões dos colegas do grupo Teoria Social e Crítica Ontológica. As insuficiências deste texto, no entanto, são de minha inteira responsabilidade.

\*\* Mestre e Doutorando em Ciências Econômicas pela UFF.

## 1 - Introdução

A formulação mais conhecida do conceito de desenvolvimento sustentável afirma que, para ser considerado sustentável, o desenvolvimento deve ser capaz de atender “às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991: 46). Manifestações mais recentes dessa ideia central, elaborada em 1987 no *Relatório Brundtland*<sup>1</sup>, costumam girar em torno de posturas de consumo – como a *carbon neutrality*, propagandeada pelo ex-vice-presidente americano Al Gore, ou como a difusão do consumo “consciente”, ou ecologicamente “correto”.

Embora representem um fenômeno de inquestionável relevância, tais manifestações não consistem no objeto central da presente análise, ainda que guardem relação íntima com este. Buscaremos, neste artigo, identificar a ética subjacente à defesa de tais movimentos; ou seja, o conjunto de valores que dão suporte ao discurso da corrente de pensamento que se associa à ideia do desenvolvimento sustentável. Além disso, é nosso objetivo discutir as possibilidades de realização dos ditos valores, o que coloca automaticamente sob olhar crítico as posturas mencionadas, assim como todas as outras que alegam poder conduzir à sustentabilidade.

Além de ser uma reação aos resultados nocivos da interação entre a humanidade e a natureza – que vêm se tornando cada vez mais explícitos – os teóricos do desenvolvimento sustentável (ao menos dentro dos limites da ciência econômica) apresentam uma crítica notadamente direcionada à ética contida nas formulações do *mainstream* da economia – cujo conteúdo nem sempre é explícito, mas está sempre presente. Esta ética predominante – que figura como alvo principal das críticas – é na verdade a ética que contém os principais valores cuja realização é indispensável à reprodução da sociedade vigente. Portanto, os proponentes do desenvolvimento sustentável identificam a busca incessante pelo lucro, a expansão da produção sem um objetivo qualitativo definido, a ampliação descontrolada da capacidade de consumo, a apropriação da natureza apenas para o atendimento das necessidades da produção, entre outros, como componentes desta ética.

Uma vez que nosso interesse reside apenas nas formulações em defesa do desenvolvimento sustentável, nos limitaremos a expor a crítica desta corrente à ética

---

<sup>1</sup> O *Relatório Brundtland* é assim conhecido devido à Gro Harlem Brundtland, então primeira ministra da Noruega e presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). O documento, geralmente também intitulado *Nosso Futuro Comum* (do inglês, *Our Common Future*), é considerado uma das publicações seminais neste tema, além de uma das mais importantes.

predominante, tida como essencialmente antropocêntrica. Como veremos, a corrente que aqui tratamos costuma identificar uma oposição entre a ética antropocêntrica e a ecocêntrica. Em nosso entendimento, tal separação não é exata. É possível a emergência de uma ética que possua valores orientados a uma interação sustentável entre humanidade e natureza; no entanto, qualquer consideração acerca da preservação de ecossistemas, proteção a espécies, utilização sustentável dos recursos, terá sempre sua origem no ser humano e refletirá, portanto, o que a humanidade considera como importante ou não. Neste sentido, a ética é *sempre* antropocêntrica, ainda que possa expressar objetivos voltados ao meio ambiente. A natureza não realiza juízos valorativos, não põe finalidades a serem realizadas – é pura causalidade (Lukács, 2004; 2007).

Por outro lado, o entendimento das formulações que aqui inspecionamos ficaria prejudicado se ignorássemos esta distinção. Sendo assim, quando a oposição entre ética antropocêntrica e ecocêntrica for utilizada, devemos ter em mente que o qualificativo se refere sempre aos objetivos específicos considerados. Nestes termos, iremos nos referir à dita ética ambiental – que preza pela observação da realidade a partir de uma perspectiva que privilegia aspectos qualitativos para a avaliação da sustentabilidade de um arranjo social – como uma ética ecocêntrica, assim como fazem seus proponentes<sup>2</sup>.

## **2 – Desenvolvimento Sustentável e sua ética subjacente**

Segundo Sachs (2002: 48), a “Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, de 1972, ocorrida em Estocolmo, colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional”. Porém, o principal marco para o reconhecimento formal da urgência em se atingir uma interação mais harmoniosa entre seres humanos e o meio ambiente foi a publicação do relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, que invoca uma proteção efetiva para o ecossistema. A noção de um mundo com significativa sustentabilidade foi reforçada pelo encontro de cúpula do Rio de Janeiro em 1992 e desde então a discussão sobre meio ambiente ganhou enorme espaço de divulgação.

Hoje é necessário reconhecer que a ética ambiental vem ganhando espaço, amparada pelo crescente entendimento científico dos impactos humanos sobre a deterioração das condições da vida na Terra. Isso se manifesta no crescente número de projetos orientados por

---

<sup>2</sup> Em alguns momentos ao longo do texto, faremos referência à ética ambiental como uma ética da sustentabilidade, ecocêntrica, não antropocêntrica, não utilitarista etc. Estas não devem ser entendidas como éticas distintas ou independentes da ambiental, mas como dimensões específicas desta que em um dado momento buscamos ressaltar. Da mesma forma, quando nos referimos a uma ética antropocêntrica, estaremos apenas destacando uma característica da ética predominante (ou hegemônica).

uma alegada responsabilidade ambiental e numa tendência de alteração de hábitos dos consumidores. Também podemos encontrar o ideal da sustentabilidade em diversas propostas políticas que buscam a adoção de modelos econômicos e sociais amparados numa ética não utilitarista. No Canadá, surgiu uma das primeiras propostas<sup>3</sup> de modelo de desenvolvimento econômico preocupado em impor restrições ao crescimento econômico caso este ocasionasse elevados impactos ambientais, além de *pregar* o uso mais eficiente dos recursos naturais disponíveis. O governo holandês, por sua vez, propôs o primeiro plano nacional de orientação do desenvolvimento para ganhos qualitativos na questão ecológica/ambiental<sup>4</sup>. O plano holandês prevê uma ética ecocentrada que inclui considerações intergeracionais, além de buscar uma divisão mais eficiente<sup>5</sup> de custos privados e sociais da atividade econômica, supostamente penalizando o poluidor e desencorajando de várias formas o uso não sustentável dos recursos naturais. De maneira ainda mais ampla, existe o reconhecimento da ONU sobre a importância de diretrizes sustentáveis. Para isso, foi ratificada uma proposta conhecida como *Earth Charter* na qual são propostos objetivos de zelo com todas as formas de vida na Terra e de integridade ecológica (a proteção e restauração de sistemas ecológicos já danificados pela ação humana).

Como vemos, a ética subjacente à defesa do desenvolvimento sustentável já ampara uma variedade considerável de práticas – tanto no âmbito privado quanto no de Estado. A possibilidade de êxito em tais práticas pode ser mais bem avaliada se considerarmos as condições de realização de seus objetivos nos marcos em que elas se colocam, ou seja, dentro dos parâmetros de produção e reprodução da sociedade atual.

Nesta seção procuramos apresentar os principais conceitos surgidos nos últimos anos que tentam contestar a posição predominante da ética utilitarista, trazendo para a discussão argumentos de autores que identificam a necessidade da incorporação de novas formas de valorar da natureza e da intrincada relação que os seres humanos têm com ela. A visão antropocêntrica – dominante na economia e, de forma mais geral, nas ciências ocidentais – na qual o homem é o único agente relevante para a discussão ética é abstratamente rejeitada. Existe a percepção de que os efeitos ambientais da atividade humana – supostamente derivados da hegemonia da ética antropocêntrica – estão restringindo as possibilidades futuras de vida na Terra. Nesse caso, como diriam Marx e Engels (2007: 473) “(...) os ideólogos necessariamente invertem as coisas e veem em sua ideologia tanto a força engendradora como

---

<sup>3</sup> Ontario Round Table on Environment and Economy Models Principles, também conhecida como ORTEE principles (Edwards, 2005).

<sup>4</sup> The Netherlands National Environmental Policy Plan (NEPP) (Edwards, 2005).

<sup>5</sup> De forma a atingir o menor nível de custos possível para um dado resultado esperado.

o fim de todas as relações sociais, quando na realidade não são mais do que expressão e o sintoma destas”.

Sismondi (1819; 1837; 1838) foi um dos primeiros pensadores a questionar o crescimento econômico como um fim em si mesmo. Gerald Smith (1996) destaca a importância relegada por esse autor a outras características imateriais que *deveriam ser a finalidade* de completude do ser humano em oposição às ilimitadas possibilidades que eram oferecidas pelas fábricas da revolução industrial. O argumento central de Sismondi, no que tange ao desenvolvimento sustentável, pode ser colocado em contraste com o pensamento predominante na economia – o de considerar renda como bem-estar, por exemplo. Seu *insight* pode, como ele mesmo o faz, ser ilustrado pelo conto de Gandalin (o aprendiz de feiticeiro). Gandalin, tendo aprendido o feitiço que transforma seus instrumentos em autômatos, utiliza-o antes de aprender o feitiço capaz de interromper seu movimento automático. Para Sismondi (1837), o conto representa o papel das máquinas na produção, que por serem tão eficientes, acabam por inundar o ambiente com sua produção incessante.

Small e Jolland (2006) retomam essa ideia ao apresentarem dois mitos gregos para tipificar de que maneira o desenvolvimento econômico, tomado como um fim em si mesmo, pode criar problemas ambientais irreversíveis. Utilizando o mito de Prometeu os autores ilustram o acesso da humanidade à dominação da natureza. O conhecimento roubado dos deuses por Prometeu e passado aos seres humanos permitiu que se buscassem soluções cada vez mais avançadas para seus carecimentos. No entanto, os efeitos do acesso a este conhecimento podem apresentar resultados como o de Pandora, que, ao satisfazer sua curiosidade e abrir a caixa, liberta males desconhecidos, desencadeando uma sucessão caótica de eventos com efeitos inesperados e geralmente adversos. Assim, segundo esses autores, o acesso à dominação da natureza pelo homem apresenta um caráter dual de possibilitar maior conforto e, ao mesmo tempo, alterar o ambiente de forma imprevisível – e por vezes até irreversível – com impactos intergeracionais expressivos.

Ruskin é outro autor apontado por G. Smith (1996) como um dos fundadores da crítica à visão hedonista reinante no debate econômico. Para Ruskin o bem-estar também deveria estar atrelado a uma noção mais ampla que abarcasse o uso apropriado dos recursos econômicos<sup>6</sup>. Ou seja, deveria haver uma *redefinição* das metas impostas pela sociedade capitalista, que *prega* a acumulação por si só, no sentido de um nivelamento das necessidades dos seres humanos de acordo com um patamar sustentável. Em outras palavras, Ruskin sugere

---

<sup>6</sup> Este tipo de concepção também fundamenta propostas de alteração (ou substituição) nos indicadores de desempenho econômico, como o PIB, de modo a incluir a participação do meio ambiente na atividade econômica (veremos abaixo o exemplo da CMMAD).

que as pessoas deveriam procurar trabalho apenas como um meio de viverem bem e tranquilas. Atingindo este ponto, não deveriam preocupar-se em acumular mais, devendo dedicar-se a atividades prazerosas e enriquecedoras espiritualmente.

Leitores das ideias de Ruskin, Hobson (1929) e Tawney (1920) também criticam a produção como um fim que desconsidera outros valores não econômicos. Para Hobson, haveria um ponto além do crescimento econômico que seria o bem-estar orgânico. Este ponto seria alcançado quando fossem levados em consideração, além de fatores econômicos, outros valores – artísticos e espirituais, por exemplo (Smith, 1996). A crítica de Hobson também destaca alguns pontos que hoje foram retomados pela discussão do desenvolvimento sustentável. O consumo consciente já aparece como proposta desse autor, que identifica o desperdício e seu impacto negativo na realização de um maior nível de bem-estar orgânico.

A ambição por uma interação entre sociedade e natureza realizada num plano mais elevado quanto à sustentabilidade esteve presente na discussão econômica desde o início, mas nos últimos anos houve uma retomada e uma intensificação da percepção da necessidade do resgate dessas ideias. Surgiram interpretações diversas propondo diferentes padrões para o conceito de ética e a maneira como ela se relaciona às atividades dos seres humanos.

A CMMAD (1991) considera que o desenvolvimento sustentável deve ser um processo capaz de harmonizar crescimento econômico, investimentos, avanço tecnológico etc., com a exploração dos recursos e do meio ambiente em geral; talvez na mais clara defesa de objetivos contraditórios. A Comissão afirma, por exemplo, a necessidade de que a renda *per capita* nos países não desenvolvidos cresça acima de 5% ao ano<sup>7</sup> e da inclusão da degradação de condições ambientais nos índices de crescimento econômico<sup>8</sup>. Se a renda *per capita* deve crescer mais rápido com base em um índice *necessariamente* menor que o anteriormente utilizado, a proposta da Comissão pode apenas ser traduzida em aceleração da produção – claramente indo de encontro a qualquer objetivo de sustentabilidade.

Sachs (2002) também afirma, baseado nos mesmos critérios de equidade, a impossibilidade de suspender o crescimento econômico. O autor sustenta que – e, neste sentido, sua proposta converge em grande medida com a dos autores aqui analisados – o “(...) crescimento deveria ser socialmente receptivo e *implementado* por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB”.

---

<sup>7</sup> Este crescimento é visto como necessário devido à noção de equidade, considerada um dos pilares do desenvolvimento sustentável. No entanto, ao equacionar a noção de equidade com determinado grau de convergência entre rendas *per capita* nacionais, a proposta da Comissão se confina na dinâmica da sociedade vigente. O crescimento defendido para cada região é: 5% na Ásia; 5,5% na América Latina; 6% na África e Ásia ocidental

<sup>8</sup> O que tende a reduzir o índice, já que a utilização dos recursos ambientais entraria negativamente na contabilidade.

Outra conclusão importante dos ecocentristas é que, para a realização dos objetivos de sustentabilidade, é necessária uma drástica reorientação dos padrões de consumo e uma profunda mudança nos valores vigentes na sociedade ocidental. É comum inserir nesta discussão argumentos resgatados de tradições orientais, como o budismo, para ressaltar a necessidade de uma reformulação dos objetivos econômicos e sociais a que estão submetidos os habitantes da cultura ocidental. Valores cristãos também ajudariam a reforçar esta argumentação na tentativa de buscar uma orientação abrangente para o comportamento humano, considerando o impacto sistêmico profundo que ele acarreta<sup>9</sup> (Schumacher, 1996a). Os limites para o aumento de bem-estar proporcionado pela tecnologia estariam num ponto em que os avanços já não trazem tantos benefícios e talvez carreguem uma elevada dose de custos. As opiniões religiosas e os ensinamentos ancestrais contidos nas tradições filosóficas religiosas, valores que foram abertamente recusados pelas concepções clássicas da ética utilitarista, retornam então com a função de abrir os horizontes para a inclusão de um conceito mais abrangente do relacionamento do ser humano com o ambiente que o cerca. Estas tradições ganham destaque conclamando regras básicas de convivência que poderiam ajudar a tornar menos hedonista e egoísta a inserção do homem em seu ambiente. É com esse amálgama de valores que se defende a urgência de contrapropostas que se insurjam contra a visão otimista na qual a dominação da natureza pelo homem não acarreta em desequilíbrios ambientais.

De acordo com Schumacher (1996a; 1996b), um nível reduzido de consumo para o atendimento das necessidades básicas parece ser um dos objetivos mais distante de ser realizado nos tempos atuais, em que a lógica do excessivo tende a comandar todos os aspectos de nossas vidas. Transformar os valores associados ao consumo é, para ele, condição *sine qua non* para uma sociedade sustentável. O autor recorre ao budismo e ao cristianismo para desenvolver seu conceito de consumo consciente – baseado na *simplicidade* e no refreamento do “desejo por mais” – no qual o bem-estar deveria ser atingido com um nível mínimo de consumo, não máximo. Esta reorientação ética – e as consequentes mudanças no consumo – gerariam padrões sustentáveis de uso dos recursos naturais, invertendo as tendências atuais à degradação completa.

Na verdade, as propostas, de maneira geral, se resumem à defesa de um controle consciente (orientado para a sustentabilidade ambiental) da produção, da utilização dos recursos e do consumo privado (neste caso, o controle seria individual, claro). Por um lado, as propostas desempenham um papel importante ao expor os padrões atuais de produção,

---

<sup>9</sup> É digno de nota que a ética cristã seja ao mesmo tempo “vilanizada” como base da ética predominante e aclamada como uma base possível para a ética da sustentabilidade.

consumo, poluição e degradação ambiental. Por outro lado, a reversão dessas tendências é vista em termos de uma transformação ética. A próxima seção busca destacar os problemas em entender a ética como uma força transformacional suficiente e a debilidade das aspirações por uma sociedade sustentável que derivam deste erro.

### **3 – A crítica à ética predominante e a crítica da crítica**

Ao longo desta seção, apresentaremos a crítica realizada pelos proponentes do desenvolvimento sustentável à ética predominante. O fundamental dessa crítica consiste na alegação de que, por desconsiderar a multiplicidade de efeitos das ações humanas sobre o meio ambiente, a ética relacionada às questões ambientais, discutida ao longo de séculos, esteve fundada numa ótica antropocêntrica, na qual somente os resultados que dizem respeito ao bem-estar<sup>10</sup> humano são levados em consideração.

Segundo Cobb (1996), as raízes para tal posição antropocêntrica podem até mesmo ser encontradas no discurso teológico, no qual a natureza aparece como uma criação divina a serviço das necessidades e desejos humanos. Para o autor, esta visão “bíblica” em relação ao mundo natural perpetuou na cultura ocidental a ideia que a natureza não passa de um meio para a apropriação das necessidades materiais humanas.

Costa (2007) sublinha que tal perspectiva pode até mesmo ser encontrada na ciência, desviando o enfoque do real funcionamento do meio ambiente e impedindo considerações éticas que não dizem respeito à estreita noção de bem-estar humano. Um exemplo muito utilizado na crítica à teoria neoclássica é a conhecida tragédia dos comuns (Hardin, 1968), na qual a avaliação egoísta dos custos e benefícios conduzem a uma situação em que há incentivos à superexploração dos recursos naturais. A resposta dada pelos neoclássicos não exige abandono do autointeresse. Ao contrário, sugere-se a ampliação dos espaços de atuação dos interesses individuais de modo a coibir o abuso de alguns agentes, internalizando as externalidades. Ou seja, definem-se direitos de propriedade e criam-se novos mercados para que tais interesses sobressaíam com maior força, supostamente impedindo a continuação da superexploração. A ideia por trás de tal proposta é que os novos donos de parcelas da natureza

---

<sup>10</sup> Ao longo do texto, “bem-estar” sempre irá se referir à noção utilitarista que equaciona bem estar com um determinado nível de utilidade. Além disso, consideramos que tal ideia está predicada ao gênero humano (pelo simples fato de que só os seres humanos têm noção de bem e, portanto, de bem-estar) e que, portanto, seria redundante nos referirmos a um “bem-estar humano”. Assim como fizemos anteriormente, manteremos a terminologia utilizada nas formulações analisadas, procurando fazer uma descrição fiel dos argumentos e propostas que as caracterizam. É necessário salientar, no entanto, que a consideração de um bem estar não humano reflete uma subjetivação da natureza com a qual divergimos. Como já vimos na introdução deste artigo, a natureza não realiza juízos valorativos.



irão, por motivos egoístas, preservar seu patrimônio (a própria natureza) de forma a maximizar sua satisfação individual.

Outra crítica que se coloca à visão utilitarista é que o “valor” é medido pela quantidade de satisfação que determinada ação proporciona ao indivíduo, ou seja, o “valor” está relacionado com o prazer (ou desprazer) individual. A ética utilitarista, portanto, enquanto baseada na noção hedonista que valoriza o prazer e despreza a dor<sup>11</sup>, coloca o ser humano como critério único do que é desejável ou não. No desenvolvimento da ciência econômica, a corrente neoclássica – na qual as ações são entendidas sob o ponto de vista de um indivíduo maximizador de ganhos individuais, seja na esfera do consumo ou da produção, não importando os impactos sistêmicos relativos à ação deste agente – é apontada como o principal exemplo de como a ética utilitarista teria sido incorporada às formulações teóricas.

A compreensão dos proponentes do desenvolvimento sustentável, portanto, é de que as relações humanas com o meio ambiente estão em desarmonia porque esta ética predominante impele as sociedades a um convívio predatório com a natureza. Este tipo de interpretação – na qual a própria realidade parece ser resultado das concepções que os indivíduos sustentam, não o contrário – pode ser encontrado ao longo de toda a literatura que aqui examinamos. Desse modo, o restabelecimento de uma interação sustentável passa a depender, assim como Marx e Engels já sublinhavam em relação a outras concepções idealistas, “(...) do fato de se encontrar outra moral, uma concepção de vida que lhe parece nova, do ‘arrancar da cabeça’ um punhado de ‘ideias fixas’, a fim de que todos se sintam felizes de viver e possam desfrutar da vida” (Marx & Engels, 2007: 472) de forma não perdulária. Dessa forma, a proposta de uma nova ética baseia-se na crença de que a produção, enquanto submetida à lógica própria do sistema capitalista, se curvaria aos desígnios de uma outra consciência, ecologicamente responsável, que exorte por novos rumos (qualitativamente determinados) para o produto social. Neste registro, basta refrearmos nosso ímpeto consumista, nossos hábitos esbanjadores, e todo o resto se reorganiza quase que automaticamente. No entanto, o *slogan* do “se cada um fizer sua parte” esbarra em algumas objeções ao *voluntarismo*. Trataremos disso a seguir.

Bhaskar (1998) procura destacar a diferença, por vezes ignorada e, por outras, negada, entre a construção do objeto no – e pelo – pensamento, e a existência real e independente desse objeto. Ou seja, ressalta que o objeto de análise possui uma existência independente de qualquer juízo ou entendimento que possamos formular. Não importa, por exemplo, como concebamos o funcionamento do meio ambiente em geral, de ecossistemas particulares, do

---

<sup>11</sup> Nos referimos especificamente a essa versão do utilitarismo porque ela é o objeto da crítica que agora inspecionamos.

sistema solar, do universo etc.; a dinâmica e a natureza própria do objeto permanecem as mesmas, seja qual for a descrição a seu respeito.

Para o autor, no caso de objetos como esses, próprios do ser natural, é fácil enxergar a diferença entre o *existente em si* e as concepções (científicas ou não) sobre ele formuladas. Poucos, ele crê, afirmariam o contrário. Já quando o objeto da análise é a sociedade, a ausência ou negação dessa distinção é mais bem aceita. Não reconhecer a independência entre objeto e concepções equivale a admitir a existência de alguma dependência. Não por acaso, nas ciências sociais existe uma perspectiva que entende a sociedade como sendo constituída “pelo pensamento dos atores ou participantes sociais”. Se a sociedade é entendida como sendo constituída exclusivamente pelos pensamentos e ações dos atores que a integram, como no atomismo social, explicita-se a rejeição da independência do mundo social em relação às concepções dos indivíduos. O ponto de partida dessa perspectiva específica pode apenas ser, portanto, o indivíduo<sup>12</sup> – seu agir privado e sua coleção de ideias. Dessa forma, explicações sobre a sociedade se reduzem a, ou pelo menos se apoiam sobre, explicações sobre os indivíduos.

Para Bhaskar, explicar a sociedade baseando-se exclusivamente no indivíduo, o que automaticamente confere a este um caráter “pré-social”, consiste em equívoco. Não há como recorrer a propriedades especiais (propriamente humanas) dos indivíduos sem fazer referência a uma forma social específica. Ou seja,

(...) todos os predicados que designam propriedades especiais das pessoas pressupõem um contexto social para seu emprego. Um membro da tribo implica uma tribo, sacar um cheque, um sistema bancário. A explanação, por subsunção a leis gerais, alusão a motivos e regras, ou por redescrição (identificação), sempre envolve predicados irredutivelmente sociais<sup>13</sup>. (Ibid.: 28)

A conclusão da forma particular de explicação que atribui a existência material da sociedade exclusivamente às ações individuais e aos valores professados, individualmente ou coletivamente, abre espaço para discursos do tipo “se cada um fizer sua parte” ou “se você mudar a si mesmo você pode mudar o mundo”<sup>14</sup>. Discursos que, embora travestidos de discursos de mudança, são míopes para as *relações sociais* essenciais. Miopia que impede a ciência realizada sob essa orientação de ter o autêntico caráter emancipatório, ou mesmo de transformação social, que geralmente reclama.

---

<sup>12</sup> O atomismo social, do qual a perspectiva mencionada é manifestação particular, não necessariamente leva ao individualismo metodológico. Porém, neste caso específico, em que a sociedade é entendida como a soma dos comportamentos individuais, podemos afirmar que o ponto de partida deve ser o indivíduo.

<sup>13</sup> Tradução de Herman Mathow e Thais Maia.

<sup>14</sup> Discursos de tal natureza ganham espaço inclusive no plano cultural, podendo ser observados em filmes, livros, novelas etc. O último grande sucesso de veiculação dessas ideias, talvez em sua forma mais caricatural e extremada, é o livro/filme *O Segredo* (do inglês, *The Secret*), no qual é afirmado com desconcertante clareza que o mundo, na verdade todo o universo, se molda aos nossos desejos.

Essa forma particular de entendimento da conexão entre sociedade e a atividade consciente das pessoas tem suas bases, segundo Bhaskar, no pensamento *weberiano* no qual “(...) os objetos sociais são vistos como resultados do (ou constituídos por) comportamento humano intencional ou significativo” (Ibid.: 9). É justamente essa perspectiva que Bhaskar irá chamar de *voluntarista*, uma vez que hipervaloriza a subjetividade (ou nega os limites objetivos do agir humano), e desconsidera, como consequência, o *hiato ontológico* existente entre o agir individual e as estruturas sociais.

Tal hiato diz respeito à ausência de uma conexão *direta* entre agência e estrutura. O agir humano é marcado por intencionalidade e as estruturas sociais, embora resultados da atividade humana, não possuem essa característica. O hiato ontológico expressa ao mesmo tempo a impossibilidade de construir diretamente a sociedade pelo agir individual e a impossibilidade de que as estruturas sociais determinem *totalmente* este agir. Sendo assim, é um erro negar, por um lado, o papel da intencionalidade na reprodução ou transformação das estruturas sociais e, por outro, transpor diretamente a intencionalidade dos atos individuais para o social. Cada pessoa é “trazida ao mundo” em uma sociedade pronta – que a precede. Se a sociedade precede o indivíduo, não é possível que o(s) indivíduo(s) crie(m) a sociedade. Resta apenas a possibilidade de *reproduzi-la* ou *transformá-la*. Ou seja, atuar sobre algo existente, que não pode ser simplesmente eliminado por um ato do pensamento. Sendo assim, a sociedade não é produto da atividade humana em um sentido direto. Além disso, ela constrange e limita, por um lado, e habilita, por outro, o espaço de atuação *individual* aos seus parâmetros próprios de funcionamento. Bhaskar<sup>15</sup> sustenta que:

As pessoas não podem se comunicar a não ser pela utilização da mídia existente, nem produzir a não ser lançando mão de materiais que já estejam formados, nem tampouco agir se não for em um ou outro contexto. A fala requer a linguagem; a fabricação, materiais; as ações, condições; o agir, recursos; a atividade, regras. Inclusive a espontaneidade tem como sua condição necessária a preexistência de uma forma social com a qual (ou por meio da qual) o ato espontâneo é executado. (Ibid.: 34)

(...) *A sociedade, por conseguinte, fornece as condições necessárias para a ação humana intencional e a ação humana intencional é uma condição necessária para a sociedade. A sociedade só está presente na ação humana, mas a ação humana sempre expressa e utiliza uma ou outra forma social. No entanto, nenhuma das duas pode ser identificada com, nem reduzida a, explicada em termos de, nem tampouco reconstruída a partir da outra. Há um hiato ontológico entre sociedade e pessoas (...).* (Ibid.: 36, 37) [itálicos adicionados]

O *insight* de Bhaskar nos permite fazer uma crítica à exortação de uma ética ambiental como ferramenta de efetiva mudança. Medeiros (2007a: 67) atesta que há interpretações em voga que defendem a ideia de que qualquer indivíduo pode simplesmente trocar todo o seu sistema de valores “de forma inteiramente livre e pragmática, tendo como único limitante uma

---

<sup>15</sup> Tradução de Herman Mathow e Thais Maia.

ética social (seja qual for) definida por ‘consenso’ (...). É exatamente isso que é feito pelos proponentes do desenvolvimento sustentável. Os indivíduos trocariam seu sistema de valores associados ao consumo, as empresas trocariam seus sistemas de valores relacionados à produção e ao lucro, e toda a sociedade adentraria – por meio de ações orientadas por essa ética “abstratamente concebida” – em uma era de sustentabilidade e harmonia ambiental. No entanto, assim como a realidade natural, a legalidade intrínseca à dinâmica desta sociedade se desenrola de forma *relativamente* independentemente dos pensamentos humanos ou de esforços *individuais* (Lukács, 2004).

#### **4 – Ética ambiental e possibilidades de realização**

Em nosso juízo, o traço marcante de todas as proposições aqui discutidas é o não reconhecimento da possibilidade de existência de valores irrealizáveis – por natureza ou por algum impedimento sócio-estrutural. Também não há reconhecimento algum da possibilidade de emergência de valores cuja realização é conflitante; em outras palavras, a situação na qual a realização de um valor obstaculiza a realização de outro, ou até mesmo pressupõe a sua não-realização. (Medeiros, 2007a).

A amplitude dessas proposições éticas é variada e abarca respostas ditas mais fortes no tocante à sustentabilidade até visões nas quais impera a interpretação otimista de relegar à tecnologia a capacidade de prolongar o acesso abundante aos recursos naturais. Em nenhum momento identificamos qualquer consideração sobre a necessidade de superação das estruturas sociais vigentes, ainda que muitos autores entreviessem as barreiras impostas à realização dos valores professados. Como sintoma patente disso, recorre-se à conclamação de uma suposta virtude: o otimismo.

No entanto, não podemos tomar o otimismo como condição relevante para a condução de qualquer transformação social significativa. Os diversos autores que abordamos advogam uma reorientação da produção para o atendimento às necessidades, assim como um aproveitamento não perdulário dos avanços tecnológicos. De modo a avaliar a possibilidade de realização desses objetivos na configuração social vigente, é necessário destacar de que maneiras a dinâmica particular do capitalismo pode criar barreiras para uma produção, consumo e uso de recursos ambientalmente sustentáveis.

Se Marx tiver razão, a mais-valia é o principal valor a nortear a produção capitalista e a própria existência humana nesta formação social. Considerando que a mais-valia nada mais é do que a ampliação do escopo do trabalho humano estranhado, podemos perguntar: quais

são as condições de sua realização? De que maneira as estruturas sociais vigentes podem obstaculizar a realização de uma produção qualitativamente determinada e de uma economia de recursos propiciada pelos ganhos de eficiência tecnológica?

As condições de realização da mais-valia compreendem tanto a lógica de produção do *valor*<sup>16</sup> quanto sua lógica de apropriação. A respeito da produção de *valor* nos interessa destacar duas coisas. Em primeiro lugar, a fonte de todo *valor novo*, como demonstrou Marx (1994), é o trabalho vivo, imediato. Além disso, consiste em uma tendência do capital aumentar seu número de rotações em um espaço de tempo determinado, uma vez que quanto maior for o número de rotações em um dado período maior será a *taxa anual*<sup>17</sup> de mais-valia – o que pode se traduzir em maior taxa de lucro – e maior será a massa de *valor* produzida. A diminuição do tempo de rotação do capital é, portanto, a forma de aumentar a taxa anual de mais-valia. Ou seja, quanto mais rápido um dado *valor-capital* percorrer todo o seu ciclo e assumir a forma dinheiro, maior será o *valor novo* produzido que poderá ser apropriado pelo capitalista em relação ao valor adiantado por ele. Em termos concretos, isso significa que há um impulso para que o capitalista realize a produção e a venda de mercadorias em períodos cada vez mais curtos. Tecnologias mais eficientes permitem a diminuição do tempo de rotação justamente por reduzir o tempo em que um dado *valor-capital* permanece no processo produtivo (Marx, 2006).

No que tange à apropriação do *valor*, existe um incentivo adicional ao avanço da produtividade para a obtenção de *mais-valia extra*. A introdução de um aumento da produtividade permite ao *trabalho* produzir um mesmo número de mercadorias em espaço mais curto de tempo. Portanto, o processo de aumento da produtividade tende a reduzir o *valor* unitário das mercadorias<sup>18</sup>. De um ponto de vista individual, a lógica da apropriação impele o capitalista a aumentar a composição técnica de seu capital – ou seja, a aumentar a produtividade – e diminuir o “*valor* individual” de suas mercadorias, pois agora as produz em menos tempo. Desse modo, ele pode apropriar-se do diferencial entre seu “*valor* individual” e o *valor* de mercado – a mais-valia extra.

---

<sup>16</sup> Toda vez que “valor” aparecer no texto em *itálico*, nos referimos ao *valor* como *tempo de trabalho socialmente necessário*, assim como tratado por Marx ao longo d’*O Capital*.

<sup>17</sup> Essa categoria se refere a um período *anual* porque Marx (2006), ao desenvolvê-la, deixa explícito que está se referindo a um período de tempo que compreende um ano. Achemos apropriado manter a categoria assim como encontrada n’*O Capital*. No entanto, vale ressaltar que o importante para o argumento é um período de tempo específico, não necessariamente o que compreende doze meses.

<sup>18</sup> “Uma vez que o desenvolvimento da produtividade e a correspondente composição superior do capital mobilizam quantidade cada vez maior de meios de produção com quantidade cada vez menor de trabalho, então, cada mercadoria isolada ou cada porção determinada da massa total produzida absorve menos trabalho vivo e, além disso, contém menos trabalho materializado, oriundo do desgaste do capital fixo aplicado ou das matérias-primas e auxiliares consumidas. *É menor portanto a soma, encerrada em cada mercadoria, de trabalho materializado em meios de produção e de trabalho novo, adicionado durante a produção.*” [itálicos adicionados] (Marx, 1974, p.258)

Podemos observar que existem impulsos reais e operantes para o aumento da produção. A natureza do capital é valorizar-se constantemente – ou seja, a produção da massa de *valor* deve ser crescente. Além disso, vimos que existe uma tendência – cuja origem reside tanto na lógica de produção quanto na de apropriação do valor – à queda do *valor* unitário das mercadorias. Podemos concluir então que a massa de mercadorias deve crescer em velocidade ainda maior<sup>19</sup>. Em outras palavras, há uma tendência de que um volume crescente de mercadorias seja lançado ao mercado a cada período. Com isso, podemos afirmar a impossibilidade de realização de uma produção qualitativamente determinada e conscientemente conduzida enquanto estiverem em operação estas tendências – que, vale lembrar, são independentes dos valores professados pelos indivíduos.

Mais que isso, não importa ao capital a materialidade da mercadoria e muito menos *como* seu valor-de-uso será consumido. Importa ao capital valorizar-se, isto é, importa produzir cada vez mais mercadorias e que tanto seu *valor* quanto seu valor-de-uso sejam realizados *o mais rapidamente possível*. Segundo Marx (1974: 249):

O processo capitalista de produção, em essência, é ao mesmo tempo processo de acumulação. Vimos como, ao progredir a produção capitalista, a massa de valores que tem de ser simplesmente reproduzida, conservada, aumenta e cresce ao elevar-se a produtividade do trabalho, mesmo quando não varia a força de trabalho aplicada. Mas, ao desenvolver-se a produtividade social do trabalho, *aumenta ainda mais a massa dos valores-de-uso produzidos*, parte dos quais é constituída pelos meios de produção. [itálicos adicionados]

Porém, os impulsos expansionistas da produção não são – infelizmente, para o capital – necessariamente acompanhados de consumo crescente. Existe uma autonomia relativa entre as duas esferas, e a “superação” dessa autonomia, da possibilidade de não realização do *valor* produzido, exige que se garanta um consumo sempre crescente para uma produção em constante expansão. Segundo Mészáros (2002: 640),

(...) a ‘*sociedade dos descartáveis*’ [encontra] equilíbrio entre produção e consumo, necessário para sua contínua reprodução, somente se ela puder ‘*consumir*’ artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis*.

É importante deixar claro que não pretendemos afirmar uma desproporção necessária entre produção e consumo, mas apenas que a produção precisa garantir, de alguma forma, consumo crescente. A descartabilidade é uma delas, o que não elimina a existência de outras formas de garantir a realização da produção – como mecanismos de geração ou antecipação de demanda, por exemplo. Além disso, tais mecanismos não entram em contradição com o

---

<sup>19</sup> Se, à medida que progride a produtividade do trabalho, cada mercadoria incorpora cada vez menos *valor* e, ao mesmo tempo, cresce a massa global de *valor*, devemos ter *necessariamente* um volume de mercadorias em expansão. (Marx, 1973; Lukács, 1979)

fenômeno da descartabilidade. Ao contrário, possibilitam que ele se manifeste com maior intensidade.

Babbage, já no século XIX, diz: “O efeito da competição de baratear os artigos manufaturados *às vezes* opera no sentido de torná-los *menos duráveis*. (...) [A]caba ficando *mais caro consertar* o artigo velho do que comprar um novo.” (Babbage *apud*. Mészáros, 2002: 636). Resta-nos perguntar: como transformar, para a totalidade da sociedade, as ações individuais – de descartar o *quebrado* para comprar um *novo*?

A proposta do consumo consciente tem sua importância ao dar destaque ao caráter perdulário dos padrões de consumo atuais. No entanto, se o consumo perdulário é equiparado à soma dos comportamentos individuais (orientados por uma ética utilitarista), a reversão dessa tendência exige simplesmente a mudança generalizada nos comportamentos individuais por mero ato de vontade. Despreza-se, portanto, uma série de condicionantes e imperativos sociais que engendram e orientam ações individuais. É como se o agir se movesse em um espaço livre de atritos no qual nada além de seus próprios desígnios se manifestaria. Exclui-se, dessa forma, a necessidade de questionar e transformar as estruturas sociais vigentes. A compreensão idealista dos valores<sup>20</sup> criticados, portanto, limita o espaço de atuação e a capacidade transformadora dessa proposta às possibilidades imediatas dessa sociedade.

O entendimento de que é uma ética perdulária que gera o consumo desenfreado e depredador é equivocado. Como vimos, esse consumo é resultado das próprias leis de movimento do sistema capitalista que precisa garantir consumo crescente para uma produção *necessariamente* crescente<sup>21</sup>. Vale frisar que o estímulo ao consumo desenfreado é *consciente*. Os indivíduos estão submetidos a essa lógica, por mais que percebam, em certos momentos, que uma prática diferente seria necessária. Ela impele os capitalistas individuais a implementar progressos técnicos, aumentar sua produção e a garantir de qualquer jeito o consumo de suas mercadorias. O capitalista que não segue minimamente tal tendência corre o sério risco de ser tragado pelo processo concorrencial vendo seu capital “morrer” ou ser absorvido por capitais de maior porte. Tais comportamentos não podem ser considerados como simples manifestações de mentes doentes, egoístas, que carecem de um ideal iluminado passível de ser acessado a qualquer instante. Pelo contrário, os ideais que dão suporte a tais práticas exercem seu papel de legitimação e reprodução do sistema.

---

<sup>20</sup> Quando não são entendidos como derivados do ser social e sim de um supostamente livre e irrestrito ato criativo dos sujeitos (Medeiros, 2007a). Isso também está no meu artigo do Journal – seria uma fonte melhor que talvez fosse suficiente para o texto.

<sup>21</sup> “(...) o problema é que, na estrutura desse sistema, não pode haver critérios objetivos quanto ao tipo de metas produtivas a serem adotadas e perseguidas, e quais outras poderiam, a longo prazo, revelar-se bastante problemáticas.” (Mészáros, 2002: 656) “Subjetivamente mesmo isto aparece, em parte, porque a expansão dos produtos e das carências o torna escravo *inventivo* e continuamente *calculista* de desejos não humanos, requintados, não naturais e *pretenciosos* (...).” (Marx, 2004: 139)

A adoção individual de um consumo consciente pode, claro, em uma determinada escala, causar transformações na produção e, portanto, no que é produzido.<sup>22</sup> Mas é igualmente claro que a produção capitalista não pode desviar-se indefinidamente de sua própria lógica – que possui todas as tendências à destruição ecológica oriundas dos impulsos produtivistas e consumistas. A redução pontual do consumo jamais pode chegar ao ponto em que ameace a reprodução do sistema. O sistema necessita de consumo em constante expansão. Não podemos perder de vista o fato de que um consumo ecologicamente sustentável alcançado por alguns, em determinadas localidades, deverá, *necessariamente*, ser mais que compensado por uma elevação do consumo de outros indivíduos.

Mészáros (2002: 635) sustenta que “(...) a medida do progresso do ‘capitalismo avançado’ tornou-se a eficácia com que o *desperdício* pode ser gerado e dissipado em escala monumental”. A taxa de utilização decrescente e a obsolescência programada são manifestações exacerbadas dessa “solução”. Mais uma vez podemos rejeitar o entendimento idealista que possui a corrente do desenvolvimento sustentável acerca dos valores por ela criticados. A obsolescência programada, por exemplo, não é *necessariamente* uma prática de capitalistas inescrupulosos que não pensam no bem comum. É uma prática de indivíduos submetidos aos imperativos específicos das posições que ocupam na sociedade. Lukács (2007: 231) sublinha que “os homens são impelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo ‘sob pena de se arruinarem’. Eles devem, em última análise, realizar por si as próprias ações, ainda que frequentemente atuem contra sua própria convicção”. Identificando essa origem concreta da ação, podemos rejeitar a exortação idealista de valores empresariais mais ambientalmente responsáveis e passar à prática realmente transformadora das estruturas que exigem o tipo de prática perdulária criticada.

## **5 – Modo de produção capitalista e a emergência siamesa de éticas antagônicas**

Toda a discussão feita a respeito da precedência da sociedade em relação aos indivíduos já dava pistas que os valores poderiam apenas ter uma origem social. Medeiros (2007a: 79) sustenta que “(...) os valores são estruturas sociais objetivas fundadas nas práticas alternativas do passado, e em seus resultados concretos, que condicionam as possibilidades do presente e do futuro”. Ou seja, os valores não descem “do céu para a terra”, não são fruto simplesmente da boa vontade iluminada, propagadora da “boa nova”, mas possuem uma base material concreta. Se ligarmos esse argumento ao de Bhaskar – de que a sociedade sempre

---

<sup>22</sup> Para Lukács (2004: 74-75), se “recordamos a inter-relação entre produção e consumo (...), resulta visível que o consumo não só recebe e reproduz a produção, mas que também exerce, por sua vez, um certo influxo sobre esta. Claro que nesta interação, segundo vimos, a produção (...) é o fator dominante (...)”.



precede os indivíduos e constrange o seu agir em dada medida – podemos concluir que a simples expurgação privada de ideais econômicos nocivos ao meio ambiente não pode operar a mudança de fato necessária.

A crença idealista na mudança do mundo pelo livre exercício da subjetividade encontra sustentação na base real de que todo resultado do trabalho humano é antes concebido na consciência, é resultado de uma posição teleológica<sup>23</sup>. Porém, a objetificação daquilo que existe, antes de qualquer coisa, como ideia ocorre *no processo de trabalho*. Além disso, a relação entre a ideia concebida e o resultado obtido é tão direta quanto mais simples for o trabalho, não podendo ser estendida – assim como é feito nas formulações aqui inspecionadas – a processos sociais complexos, que transcendem o âmbito privado. A proposta de mudança da realidade social pela via de uma mudança ética, portanto, hipostasia o caráter teleológico do trabalho, exagerando a capacidade transformadora de objetivos concebidos abstratamente. Sendo assim, a leveza do agente da transformação (a ideia) é, como sugerimos no título do artigo, *insustentável*.

Vale ainda salientar, como faz Lukács (2004), que mesmo o trabalho mais simples exige um conhecimento mínimo do objeto sobre o qual se irá atuar, de modo a colocar em movimento uma sequência causal capaz de gerar o resultado esperado. Quando os proponentes do desenvolvimento sustentável admitem a sociedade vigente e proclamam uma nova ética, na esperança do alvorecer de uma nova era, se abstêm consciente ou inconscientemente de investigar o objeto sobre o qual buscam imprimir a transformação.

No início da segunda seção fizemos a crítica do entendimento idealista dos valores pelos proponentes do desenvolvimento sustentável. Mas se as ideias, além de serem ideias do mundo, de uma época, de um contexto, só podem fazer do mundo o que as propriedades do mundo efetivamente facultam, como podemos então explicar a emergência da ética predominante e de sua contrapartida, a ética da sustentabilidade ambiental?

Já sabemos de que forma os movimentos próprios da sociedade capitalista requerem, para a manutenção de sua reprodução, uma produção sempre crescente, consumo sempre crescente e, mais importante, *desperdício* crescente. Dito em outras palavras, essa configuração social atual *exige* a realização de objetivos que são contraditórios aos valores de sustentabilidade ambiental. Para Mészáros (2002 658), como

---

<sup>23</sup> A posição teleológica, ou posição de fim, é o objetivo concebido na consciência que, para sua realização, exige que determinado processo causal seja colocado em movimento. É comum, especialmente em concepções religiosas, atribuir-se um caráter teleológico à natureza, ou ao universo. No entanto, segundo Lukács (2004: 67), “(...) Marx nega a existência de toda teleologia fora do trabalho (da práxis humana). O conhecimento da teleologia do trabalho em Marx vai mais além das tentativas empreendidas por predecessores tão grandes como Aristóteles ou Hegel, já pelo feito de que, para Marx, o trabalho não é uma das múltiplas formas de aparição da teleologia em geral, senão o único ponto em que pode demonstrar-se ontologicamente uma posição teleológica enquanto fator real da realidade material”

(...) resultado da irreprimível dinâmica expansionista do capital (...), tudo aquilo que um dia parece ser ‘demais’ se torna ‘muito pouco’ em outra época; não por causa do esclarecimento crescente, mas porque *o próprio sistema produtivo do capital é constrangido pelas limitações de consumo, e por isso necessita tirar do seu caminho os constrangimentos do ‘muito pouco’*. [itálicos adicionados]

O espelhamento dessas exigências na consciência nada mais é do que o reflexo subjetivo de imperativos reais e em constante operação. A sociedade não pode viver com um problema sem sequer refletir sobre ele<sup>24</sup>. É aí que reside a origem da ética predominante, que é alvo da crítica dos que defendem o desenvolvimento sustentável. É

(...) esta a razão pela qual, num estágio muito posterior no curso dos desenvolvimentos capitalistas, o *crescimento* como tal deve se tornar um valor em si mesmo (mais que isso, o paradigma de valor), sem examinar a natureza do crescimento proposto na situação dada e muito menos, suas implicações humanas [e ambientais] a longo prazo. (Ibid.: 658)

Mais uma vez, é importante destacar, o comportamento perdulário, portanto, não é fruto de uma ética “equivocada”. Da mesma forma, o comportamento dito consciente não é simples manifestação de uma ética ambientalmente responsável. Podemos inclusive dizer que os valores ambientais e os valores econômicos possuem uma origem siamesa. Mészáros (2002: 653) sustenta que a lei tendencial da taxa de utilização decrescente,

sob as condições do capitalismo plenamente desenvolvido, assume a forma de extrema PERDULARIDADE e DESTRUIÇÃO, mas é de novo contrabalançada – em vários graus – pelo *imperativo de poupar*, bem como pela inevitável necessidade de reconstruir o capital depois da periódica destruição de sua magnitude “superproduzida”, no interesse da sobrevivência do sistema do capital. [itálicos adicionados]

Essa passagem é interessante justamente porque mostra que, por seu caráter de tendência, a *lei da taxa de utilização decrescente* possui contratendências que também recebem uma representação subjetiva na consciência na forma de valores de responsabilidade ambiental. O consumo perdulário e desenfreado corresponde às condições dominantes do sistema, determinadas pelas próprias leis de funcionamento do mesmo. Por outro lado, o dito consumo consciente e a exortação de uma produção orientada para o atendimento de necessidades emergem das mesmas condições, como reação aos seus efeitos negativos e às novas necessidades impostas pelo movimento predatório da produção e consumo.

Mais que isso, ambas as éticas são compatíveis com diferentes momentos da sociedade do capital. Segundo Medeiros (2007b), as estruturas sociais devem, *necessariamente*, plasmar certos valores cuja realização garanta sua reprodução. Este conjunto de valores, a ética, é um dos mediadores entre o agir individual e as estruturas sociais. É preciso salientar que este não é um processo teleológico. Apenas significa que os indivíduos identificam (por vezes de

---

<sup>24</sup> Segundo Lukács (2007: 229), o ser humano é um animal que oferece respostas: “Com justa razão se pode definir o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como uma resposta que busca solucionar o carecimento que a provoca”.

forma inconsciente) em dada situação as condições necessárias para a reprodução de determinada estrutura. Neste sentido, a ética ambiental teria um papel importante, da mesma forma que a ética predominante, na reprodução da forma social vigente. Enquanto as tentativas de realização dos valores desta nova ética estiverem presas aos marcos do modo de produção capitalista, elas podem no máximo garantir as condições de reprodução do capital – não as condições para um co-desenvolvimento sustentável entre sociedade e natureza.

Medeiros (2007a), ao discutir a origem dos valores, destaca que estes podem surgir em condições propícias para sua realização, caso no qual serão objetivados. Por outro lado, ainda que surjam em condições desfavoráveis, pode haver transformações concretas na realidade, dado que os indivíduos se empenhariam para realizá-los. No entanto, deve ficar claro que tais transformações ocorrem pela ação dos indivíduos em conjunto, não se guardando nenhuma semelhança, portanto, com práticas individuais isoladas orientadas por uma consciência “correta”<sup>25</sup>.

## **6 – Considerações finais**

Buscamos demonstrar ao longo do artigo que os valores têm origem concreta, i.e. emergem das condições materiais em que vivem os indivíduos. Além disso, afirmamos que a consciência, por si só, não tem poder transformador. Porém, não podemos, com isso, cair em um reducionismo que opõe o caráter objetivo, material da sociedade ao caráter subjetivo do agir individual. Sendo assim, a rejeição da ética abstratamente concebida deve ser, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que qualquer mudança consciente exige uma consciência da mudança. Trata-se portanto de defender uma subjetividade que ultrapasse a exortação idealista e que tenha por objeto as condições sociais existentes e por objetivo a sua transformação.

Obviamente, não há problema algum na defesa de um consumo ecologicamente sustentável e, principalmente, na defesa da produção regida pelas necessidades. Porém, é preciso deixar claro que tal posicionamento, enquanto defendido nos marcos do modo de produção atual, resulta inócuo e impotente.

Concordamos que se faz necessária uma reorientação imediata da produção. Mas, como esperamos ter mostrado, tal reorientação não se faz pelo mero abandono de ideais produtivistas e de crescimento em prol de uma produção harmonizada com a natureza. A transformação em direção a uma sociedade sustentável pressupõe a superação do caráter

---

<sup>25</sup> Ainda que a consciência correta seja condição para transformações sociais bem sucedidas.

estranhado<sup>26</sup> dessa sociedade que, entre outras coisas, tende a ampliar a alienação da humanidade em relação à natureza (Foster, 2005). Em outras palavras, não são os ideais econômicos de crescimento acelerado da produção que nos levam a um convívio insustentável com o meio ambiente. Essa relação é determinada em última instância pelas leis de movimento do modo de produção vigente que, entre outras coisas, engendra os ditos ideais. Mais que isso, a emergência dos valores criticados pela corrente do desenvolvimento sustentável é *necessária* à reprodução do sistema. Nesse sentido, a crítica desses valores é indispensável. No entanto, a ontologia conservadora (que *naturaliza* o capital) dessa mesma corrente a impede de dar o salto definitivo em direção a uma crítica que possibilite uma prática verdadeiramente transformadora.

Se, como Bhaskar (1998) bem mostrou, todo indivíduo pressupõe uma sociedade e, portanto, não é possível criar uma sociedade, podemos afirmar que resta aos indivíduos reproduzir ou transformar a sociedade – muitas vezes de forma inconsciente. Como o modo de produção capitalista possui suas próprias leis de funcionamento, uma prática que não subverta definitivamente a operação dessas leis (que estão sempre em funcionamento, ainda que não se manifestem em fenômenos) estará sempre sujeita à reincorporação pelo sistema.

Para Michael Löwy (2000), não é possível compatibilizar qualquer tipo de desenvolvimento ecologicamente sustentável, em âmbito global, com a lógica do mercado e do lucro. A crítica que Löwy faz aos ecologistas explicita uma das questões que motivam o presente trabalho: “uma ecologia que não leva em consideração a relação entre ‘produtivismo’ e a lógica do lucro está voltada ao fracasso – ou pior, à recuperação pelo sistema” (Ibid.: 234). A dinâmica própria do capitalismo possibilita a incorporação de políticas e ações direcionadas para sustentabilidade; mas não sem radicalizar, no processo, o conteúdo ecológico que elas contêm, de modo que sejam mantidas as condições de auto-expansão do capital. E, no modo capitalista de produção, esta transformação de conteúdo não é apenas uma possibilidade, mas uma necessidade. Nas palavras de Marx (1973: 334),

(...) como representante da forma geral de riqueza – o dinheiro – o capital é o impulso sem fim e sem limite a ir além de suas barreiras. Toda fronteira é e deve ser uma barreira a ele. De outra forma ele deixaria de ser capital – dinheiro como autoreprodutor. Se em qualquer momento ele percebesse uma certa fronteira não como uma barreira, mas se tornasse confortável em seu interior, ele teria declinado de valor-de-troca a valor-de-uso, da forma geral de riqueza para uma específica, substancial forma da mesma.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> “Na época atual, a dominação das formas objetivas sobre os indivíduos, a opressão da individualidade pela casualidade assumiu sua forma mais aguda e mais universal, impondo com isso uma tarefa bem determinada aos indivíduos existentes. Impôs-lhes a tarefa de substituir a dominação das relações e da casualidade sobre os indivíduos pela dominação dos indivíduos sobre a casualidade e as relações.” (Marx & Engels, 2007: 493)

<sup>27</sup> Neste trecho, a palavra barreira (*barrier*) possui um claro sentido de *algo a ser ultrapassado*; não de algo impossível de ultrapassar.

Isso nos leva a retomar a relação existente entre os valores sociais e suas condições de realização. Vimos, ao longo do texto que a corrente do desenvolvimento sustentável enfrenta grandes dificuldades – com origem na contradição entre sua ontologia (conservadora) e sua ética ambiental (direcionada à sustentabilidade) – de discutir as reais condições de realização dos valores que professam. Por um lado, o empirismo, característico dessa ontologia, restringe as soluções possíveis à ação individual. Por outro, e reforçando o primeiro, a *naturalização do capital* restringe o rol de opções disponíveis à ação individual. Medeiros (2007a: 71-2, 84) ressalta que se

(...) as ações concretas destinadas a objetivar finalidades (valores) possivelmente realizáveis por meio de práticas transformadoras são consideradas exclusivamente à base das possibilidades imediatas, os fins (valores) tornam-se irrealizáveis *a priori*.  
(...) Pode-se concluir, neste caso, que paradoxalmente a ética do ‘possível’ converte valores perfeitamente realizáveis em uma total impossibilidade.  
(...) Com isso, valores concretamente realizáveis (...) mediante a superação de estruturas vigentes (...) são transformadas em proposições utópicas – isto é, permanentemente frustradas *na prática*.

As debilidades observadas das políticas prescritas para atacar o problema ambiental refletem justamente a contradição entre a ontologia conservadora – com as práticas que a acompanham – e o clamor por uma relação mais sustentável entre humanidade e natureza, pela superação da *falha metabólica* potencializada pela produção capitalista (Foster, 2005). O problema não é que os valores professados sejam pouco importantes para o desenvolvimento humano; é que a troca do sistema de valores, melhor dizendo, sua transformação, ocorre pela via da prática. As pessoas trocam de valores porque suas práticas (e os objetivos associados a elas) assim exigem. Não ocorre o inverso, como parecem imaginar os ideólogos do desenvolvimento sustentável.

O conjunto de práticas condicionadas pelas estruturas sociais vigentes exige que os indivíduos ajam de acordo, em maior ou menor grau, com valores “econômicos” antagônicos ao objetivo da sustentabilidade. Por isso existe o descolamento entre a ideação do valor e sua efetiva realização – devido ao *status* conflitante desses valores na sociedade do capital. Vale ressaltar, como faz Medeiros (2007a), que esse antagonismo é historicamente determinado, ou seja, valores que são irrealizáveis simultaneamente na configuração social atual poderiam vir a ser, em outra estrutura, realizáveis ao mesmo tempo.

Segundo Lukács, a práxis não pode ser determinada dentro das possibilidades permitidas pela configuração social atual (Ibid.). A prática transformadora deve ser conduzida atendendo as condições de realização exigidas pelo próprio valor. Suas condições de realização são, portanto, “coisas bem distintas da boa vontade e da consciência honesta”.

A conclusão é que as práticas devem proporcionar uma transformação radical da totalidade social que põe a necessidade de objetivação dos valores da ética ambiental. Essa

práxis social não pode se autoenclausurar nos limites do que é facultado por essa mesma totalidade. Para a realização plena dos anseios de sustentabilidade, que vêm ganhando voz com os proponentes do desenvolvimento sustentável, faz-se necessária a superação desta realidade, das estruturas sociais vigentes, que obstaculiza as pretensões de uma co-evolução harmoniosa entre humanidade e natureza. O objetivo de uma produção e consumo conscientemente determinados pelas necessidades humanas, assim como do uso racional dos recursos naturais, converge diretamente – parafraseando Marx e Engels (2007) – à tarefa de organizar a sociedade de maneira comunista.

## Bibliografia

- AZQUETA, D & DELACAMARA, G. (2006) Ethics, economics and environmental Management, *Ecological Economics*, vol. 56, pp. 524-533
- BHASKAR, R. (1998) *The Possibility of Naturalism*. London: Routledge.
- BURKETT, P. (1999) *Marx and nature: a red and green perspective*. New York: St Martin's Press.
- CMMAD (1991) – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- COBB, J. (1996). Ecology, ethics and theology. IN: DALY, H.; TOWNSEND, K. *Valuing the earth: economics, ecology, ethics*. Cambridge: MIT press.
- COSTA, E. (2007) *A impossibilidade de uma ética ambiental: o antropocentrismo moral como obstáculo ao desenvolvimento de um vínculo entre ser humano e natureza*. Doctorate thesis, Curitiba:UFPR..
- EDWARDS, A. (2005) *The sustainability revolution*. Canada: New Society Publishers.
- EDWARDS-JONES, G.; DAVIES, B.; HUSSAIN, S. (2000) *Ecological economics: an introduction*. Oxford: Blackwell Science.
- ERIKSSON, R. (2005) On the ethics of environmental economics as seen from textbooks, *Ecological Economics*, vol. 52, pp. 421-435
- FOSTER, J. B. (2000). *Marx's ecology: materialism and nature*. New York, Monthly Review Press.
- HARDIN, G. (1968) The tragedy of the commons, *Science*, vol. 162, pp. 1243–1248
- HAUSMAN, D. & MCPHERSON, M. (1993) Taking ethics seriously: economics and contemporary moral philosophy, *Journal of Economic Literature*, vol. 31.
- HOBSON, J. (1929). *Wealth and life: a study in values*. London: Macmillan
- LÖWY, M. (2000). De Marx ao ecossocialismo. IN: BENSAID, D.; LÖWY, M. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Editora Xamã
- LUKÁCS, G. (2007). *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Org.: COUTINHO, C. N.; NETTO, J. P. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Ontología del ser social: el trabajo*. Buenos Aires: Herramienta.
- \_\_\_\_\_ (1979). *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: LECH.

- MARX, K. (2006). *O Capital: crítica da economia política* – Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- \_\_\_\_\_ (1994). *O Capital: crítica da economia política* – Livro I, volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1974). *O Capital: crítica da economia política* – Livro III, volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1973). *Grundrisse*. New York: Vintage.
- MARX, K. & ENGELS, F. (2007). *Ideologia Alemã: crítica da filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira [MARX, K. & ENGELS, F. (1932) *The German ideology*]
- MEDEIROS, J. L. (2008) A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica, *mimeo*
- MEDEIROS, J. L. (2007) Lukács e os fundamentos ontológicos da ética marxista. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- MÉSZÁROS, I. (2002). *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- SACHS, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- \_\_\_\_\_ (1986). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- SCHUMACHER, E.F. (1996a) The age of plenty: a Christian view. IN: DALY, H.; TOWNSEND, K. *Valuing the earth: economics, ecology, ethics*. Cambridge, MA: MIT press.
- \_\_\_\_\_ (1996b). Buddhist economics. IN: DALY, H.; TOWNSEND, K. *Valuing the earth: economics, ecology, ethics*. Cambridge, MA: MIT press.
- SISMONDI, S. de (1819). *Nouveaux principes d'économie politique ou de la richesse dans ses rapports avec la population*. Paris, Delaunay, 2 vs.
- \_\_\_\_\_ (1837). *Études sur l'économie politique*. Paris, Treuttel et Würtz, v. I.
- \_\_\_\_\_ (1838). *Études sur l'économie politique*. Paris, Treuttel et Würtz, v. II.
- SMALL, B. & JOLLANDS, N. (2006) Technology and ecological economics: Promethean technology, Pandorian potential. *Ecological Economics*, vol. 56, pp. 343-358
- SMITH, G. A. (1996) The purpose of wealth: a historical perspective. IN: DALY, H.; TOWNSEND, K. *Valuing the earth: economics, ecology, ethics*, Cambridge, MA: MIT press.
- TAWNEY, R. (1920). *The acquisitive society*. San Diego: Harcourt, Brace & Howe